- XLVII -

DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: O PERMANENTE PROCESSO DE AFIRMAÇÃO COMO UM DIREITO DE ESTUDAR E DE APRENDER

Luciana Cordeiro Limeira
UCB¹ - SEEDF²- Brasil
lucianaclimeira@gmail.com

Célio da Cunha
UCB – Brasil
celio.cunha226@gmail.com

Introdução

O Direito à Educação Básica no Brasil caracteriza-se como um Direito Fundamental e Social. Esse direito tem apresentado ao longo do século XX e início do século XXI um importante processo de positivação e de afirmação dos princípios norteadores que o ensino público brasileiro deve ser ofertado. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016a) representa um grande avanço ao dedicar-lhe um capítulo inteiro sendo estabelecidos o aumento dos percentuais de recursos para seu financiamento, padrões mínimos de qualidade e equidade, a gestão democrática como parte essencial da oferta de educação de qualidade, pluralismo de ideias, estabelecimento de um piso salarial docente, a universalização do Ensino Fundamental e, mais recentemente, como seu desdobramento, a universalização da Educação Infantil (CUNHA, 2013).

O Direito à Educação é reafirmado em outros documentos normativos como no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (BRASIL, 2016f), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 2016h) e nos Planos Nacional de Educação de 2002 e de 2014 (BRASIL, 2014). Esses documentos reforçam sua garantia e estabelecem os responsáveis e as formas como deve ser efetivado, bem como os mecanismos para sua exigibilidade. Tendo em vista que o Estado de Direito e a democracia funcionam sob o governo das leis, isto é, requerem um conjunto de regras para seu funcionamento e atendimento a todos os cidadãos, “a educação básica se constitui como um dos alicerces para a construção de um país nos moldes da democracia social” (CURY; AMARAL, 2017).

É preciso reconhecer que a efetivação do Direito à Educação, por meio do cumprimento dos princípios constitucionais a ele relacionados, ainda está em curso em nosso país. A análise desse

¹ Universidade Católica de Brasília

² Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

processo demanda uma profunda reflexão, sobretudo devido às omissões históricas e seculares do Poder Público³ que deixou de ofertar, em quantidade e qualidade, escolas e oportunidades de aprendizagem às crianças, adolescentes e jovens do país.

Contextualização estatístico-normativa

O Brasil tem apresentado, desde o final do Império, um progressivo avanço na ampliação do número de vagas ofertadas e matrículas efetuadas na educação pública (LOURENÇO FILHO, 2002). A partir dos dados estatísticos produzidos sobre a educação brasileira no período de 1871 a 1930, o autor evidenciou um importante crescimento desse número. Em 1871, as matrículas efetuadas nas escolas primárias encontravam-se em pouco mais de 250 mil, para uma população de 14 milhões de habitantes, o que equivalia a 1,78% da população (LOURENÇO FILHO, 2002).

No período de 67 anos estudado pelo autor, o número da população brasileira cresceu em 4,5 vezes e o número de matrículas nas escolas primárias cresceu em 16 vezes. No entanto, a quantidade apresentada ainda era incipiente para a realidade brasileira da época. Em 1871, eram 14 matrículas para cada mil habitantes, considerando-se que os escravos não tinham direito ao acesso escolar. Em 1930, já sem a escravidão, eram 52 matrículas para cada mil habitantes, representando um crescimento efetivo de 73,07% (LOURENÇO FILHO, 2002).

A ampliação da oferta de ensino primário no país também foi analisada por Araújo (2010) que constatou, referente ao período de 1932 a 2003, que o processo de municipalização do ensino público, decorrente da configuração política brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, muito influenciou na ampliação e quase universalização do Ensino Fundamental obrigatório no Brasil. Foram verificadas modificações na oferta de educação obrigatória por parte de cada ente federado observando-se um volumoso aumento das matrículas ofertadas, de 29,78% para 46,74%, nas redes municipais em todo país.

Essa variação ocorrida na década de 1990 e verificada na primeira década de 2000 resultou da definição e ampliação de recursos públicos destinados à Educação, bem como de legislação que as orientam (CURY, 2002). A Emenda Constitucional nº 14/1996 (BRASIL, 2016c) que estabeleceu padrões mínimos de recursos e de financiamento da educação pública, por parte dos entes federados, e legislação complementar, com a Lei nº 9.424/96 (BRASIL, 2016i) sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) compõe parte dessa legislação (ARAÚJO, 2010).

³ O Poder Público consiste no conjunto de instituições que operam ações conforme atribuições dos poderes que compõem o Estado: o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário (HABERMAS, 2003).

Ao longo da primeira década do século XXI, um demorado e tenso processo de pressões e negociações, sobre o governo federal, ocupou o cenário da política educacional no Brasil (MACHADO, 2010). A ampliação dos anos de estudo do Ensino Fundamental de oito para nove anos, com a Lei nº 11.274/2006 (BRASIL, 2016g), e a cobertura da Educação Básica para a faixa etária de 4 a 17 anos, com a Emenda Constitucional nº 59/2009 (BRASIL, 2016e), foi antecedida por algumas ações e corroborada por outras. A ampliação do FUNDEF, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Emenda Constitucional nº 53/2006 (BRASIL, 2016d) e a formalização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo Decreto nº 6.094/2007 (BRASIL, 2016b) contribuíram para essas conquistas (MACHADO, 2010).

Embora os avanços verificados no processo de garantia do Direito à Educação Básica por meio do estabelecimento de legislação e destinação de recursos financeiros sejam relevantes, observa-se que, da totalidade dos estudantes em idade escolar, o percentual de 2,3% desses estudantes ainda se encontra sem vagas ofertadas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017). Preocupa também a questão da permanência, cuja progressão da aprendizagem em tempo apropriado ainda não é uma realidade. Evidencia-se um alto índice de repetência e evasão desses estudantes, 24% no Ensino Fundamental e 41,5% no Ensino Médio (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017), indicando uma dissociação entre o acesso e a permanência dos estudantes.

Considerações finais

Em 2015, a população total do país era de 204.450.649 habitantes (IBGE, 2016). A quase universalização do Ensino Fundamental com o percentual de 97,7% da população em idade escolar (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017), tendo garantida matrícula nas escolas, aponta para um desafio nacional de grandes proporções que consiste em tornar a Educação pública de qualidade e acessível a todos. Assim, a progressiva afirmação do Direito à Educação é um processo contínuo que ocorre, concomitantemente, em âmbito individual e coletivo, em nível local e nacional e que demanda o protagonismo de diferentes atores sociais em sua efetivação e exigibilidade.

No entanto, essa afirmação não ocorre sem perturbações. Embora se constate a ampliação desse direito a um número cada vez maior de estudantes, pelo acesso à Educação Básica, a Educação pública de qualidade para todos ainda é um problema de difícil solução, no Brasil e no mundo (UNESCO, 2017). É preciso garantir aos estudantes o Direito à Educação como um direito de estudar e de aprender (CURY, 2013). Mesmo na existência de mecanismos de exigibilidade, consagrados internacionalmente, a efetivação do Direito à Educação ainda padece de ações mais incisivas dos

governantes e de políticas públicas responsáveis, que priorizem esse direito como um bem público e com a finalidade de formar uma sociedade mais justa.

Referências

ARAÚJO, Gilda Cardoso. Evolução das matrículas na etapa elementar de escolarização no Brasil de 1932 a 2003. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 227, p. 29-54, jan./abr. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 03 abr. 2016a.

BRASIL. **Decreto nº 6.094/2007**. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em 11 jul. 2016b.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14/1996**. Definição e ampliação de recursos destinados à Educação e garantia de matrícula aos estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm. Acesso em 11 jul. 2016c.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53/2006**. Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Formação de professores (FUNDEB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm. Acesso em 11 jul. 2016d.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59/2009**. Obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em 11 jul. 2016e.

BRASIL. **Estatuto de Criança e do Adolescente de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 03 abr. 2016f.

BRASIL. **Lei nº 11.274/ 2006**. Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos com matrícula a partir dos seis anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em 11 jul. 2016g.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 03 abr. 2016h.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm. Acesso em 11 jul. 2016i.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

CUNHA, Célio da. Justiça pela inclusão e qualidade na Educação. In: ABMP, Todos pela educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Do direito de aprender: bases do direito à Educação. In: ABMP, Todos pela educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, nº 116, jul. 2002, p. 245-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>. Acesso em 29 jul. 2016.

CURY, Carlos R. J.; AMARAL, Cláudia T. O Direito À Educação Básica: análise inicial dos julgamentos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/CarlosRobertoJamilCury_GT5_integral.pdf. Acesso em 30 dez. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 25 jul. 2016; 12 fev. 2018.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Tendências da educação brasileira**. Brasília: INEP/MEC, 2002.

MACHADO, Maria Margarida. Quando a obrigatoriedade afirma e nega o direito à educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n.7, 2010, p.245-258. Disponível em: http://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_07_2010.pdf. Acesso em 29 jul. 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário da Educação Brasileira 2017**. São Paulo: Moderna, 2017. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_brasileiro_da_educacao_basica_2017_com_marcadores.pdf Acesso em 12 fev. 2018.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Le droit à l'éducation Vers l'éducation pour tous, tout au long de la vie**. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/information/wer/PDFfran/tourme.PDF>. Acesso em 30 dez. 2017.